DocuSign Envelope ID: D406E2BA-687A-4159-A784-81236A57B585

Ageo Leste Terminais e Armazéns Gerais S/A

CNPJ/MF nº 17.233.151/0001-92

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de reais)*

Balanço Patrimonial	Nota	2021	2020
Ativo / Circulante		**103.556**	**11.436**
Caixa e equivalentes de caixa	6	100.754	7.883
Contas a receber	7	1.084	1.979
Outros créditos	8	1.149	205
Imposto de renda/contribuição social a recuperar		137	137
Despesas antecipadas	9	432	1.232
Não circulante		**354.770**	**332.620**
Depósitos judiciais	22	8	-
Imobilizado	10	150.029	118.701
Direito de uso	12.1	15.719	16.418
Intangível	11	189.014	197.501
Total do ativo		**458.326**	**344.056**
Passivo / Circulante		**53.232**	**38.861**
Debêntures	13	12.833	-
Derivativos - *Swap*	14	2.866	-
Fornecedores	15	1.873	1.481
Obrigações trabalhistas	16	814	572
Obrigações tributárias	17	449	510
Impostos de renda e contribuição social	18	2.284	1.607
Arrendamentos a pagar	12.2	312	291
Outras contas a pagar	20	31.526	31.509
Dividendos a pagar	19	275	2.891
Não circulante		**225.361**	**111.345**
Debêntures	13	145.873	-
Arrendamentos a pagar	12.2	16.467	16.778
Outras contas a pagar	20	63.000	94.500
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	67
Provisão para contingências	22	21	-
Patrimônio líquido		**179.734**	**193.850**
Capital social	23	184.000	184.000
Reserva de lucros		(4.266)	9.850
Total do passivo e patrimônio líquido		**458.326**	**344.056**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Reservas de lucros			
	Capital social	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 01/01/2020	**150.000**	**-**	**106**	**(8.767)**	**141.339**
Integralização de capital	85.000	-	-	-	85.000
AFAC	(51.000)	-	-	-	(51.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.402	21.402
Constituição de reservas	-	1.070	-	(1.070)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(2.891)	(2.891)
Transferência para reserva de lucros	-	-	8.674	(8.674)	-
Saldos em 31/12/2020	**184.000**	**1.070**	**8.780**	**-**	**193.850**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.159	1.159
Constituição de reservas	-	562	-	(562)	-
Dividendos pagos	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Dividendos propostos não pagos	-	-	-	(275)	(275)
Transferência para reserva de lucros	-	-	322	(322)	-
Saldos em 31/12/2021	**184.000**	**1.632**	**(5.898)**	**-**	**179.734**

Demonstração de Resultado	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	25	64.322	66.063
Custo dos serviços prestados	26	(34.466)	(33.508)
Lucro bruto		29.856	32.555
Despesas gerais e administrativas	26	(984)	(1.028)
Outras receitas (despesas)	26	(244)	(93)
Resultado antes do resultado financeiro		28.628	31.434
Despesas financeiras	27	(22.110)	(2.903)
Receitas financeiras	27	3.455	1.000
Resultado financeiro liquido	27	(18.655)	(1.903)
Lucro antes do IR e CS		9.973	29.531
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(8.814)	(8.129)
Lucro líquido do exercício		1.159	21.402

Demonstrações dos resultados abrangentes	2021	2020
Lucro líquido do período	1.159	21.402
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	**1.159**	**21.402**

Demonstração do Fluxo de Caixa	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.159	21.402
Ajustes para: Depreciação	10	4.636	4.043
Depreciação - Direito de uso	12.1	699	699
Amortização	11	8.487	8.514
Encargos e juros sobre debêntures	13	13.339	-
Perda *Swap*	13	2.866	-
(Reversão) Provisão para contingências		21	-
IR e CS corrente/diferido	21	8.814	8.129
Baixa no imobilizado	10	4	-
Juros sobre arrendamento	12.2	1.210	1.230
Variações em:			
Contas a receber		895	(1.426)
Outros créditos		(944)	354
Despesas antecipadas		800	(609)
Depósitos judiciais		(8)	-
Fornecedores		392	225
Obrigações tributárias		(61)	(327)
Obrigações trabalhistas		242	(49)
Outras contas a pagar		(31.483)	(33.066)
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		**11.067**	**9.119**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.205)	(6.522)
Fluxo de caixa líquido utilizados nas atividades operacionais		**2.862**	**2.597**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(35.968)	(32.814)
Aquisição de intangível		-	(54)
Fluxo de caixa utilizados nas (proveniente das) atividades de investimento		**(35.968)**	**(32.868)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de debêntures	13	150.000	-
Comissões sobre debêntures	13	(4.633)	-
Pagamento de passivo de arrendamento	12.2	(1.500)	(1.502)
Dividendos pagos		(17.891)	-
Aumento de capital em controlada		-	34.000
Caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades de financiamento		**125.976**	**32.498**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**92.871**	**2.227**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	7.883	5.656
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	100.754	7.883
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**92.871**	**2.227**

Demonstrações do Valor Adicionado	2021	2020
Descrição	**2021**	**2020**
1 - Receitas	**67.854**	**69.657**
Vendas de serviços	67.842	69.653
Outras receitas	12	4
2 - Insumos adquiridos de terceiros	**(13.269)**	**(13.820)**
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(8.073)	(9.400)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.196)	(4.420)
3 – Valor adicionado bruto	**54.585**	**55.837**
4 – Retenções	**(13.821)**	**(13.257)**
Depreciação, amortização e exaustão	(13.821)	(13.257)
5 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**40.764**	**42.580**
6 – Valor adicionado recebido em transferência	**3.455**	**1.001**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	3.455	1.001
7 – Valor Adicionado Total a Distribuir	**44.219**	**43.581**
8 – Distribuição do Valor Adicionado	**44.219**	**43.581**
Pessoal e encargos	**6.455**	**5.821**
Remuneração direta	4.252	3.700
Benefícios	1.886	1.816
FGTS	317	305
Impostos, taxas e contribuições	**13.606**	**12.989**
Federais	9.734	9.069
Estaduais	-	-
Municipais	3.872	3.920
Remuneração de capitais de terceiros	**22.999**	**3.368**
Juros	22.111	2.903
Aluguéis	888	465
Outras	-	-
Remuneração de capitais próprios	**1.159**	**21.403**
Dividendos a pagar	275	-
Lucros retidos	884	21.403
Atribuido aos acionistas controladores	884	21.403
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: Em 28 de setembro de 2018, a AGEO Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A. ("Companhia" ou Ageo Leste"), foi vencedora do Leilão nº 5/2018-ANTAQ referente à área STS 13, contígua aos terminais das coligadas Ageo e Ageo Norte, na Ilha Barnabé, no Porto de Santos, com o valor da outorga de R$ 210.000, com 25% do valor a ser pago à vista, e o restante em cinco parcelas anuais de 15% do valor da outorga, corrigidas pelo IPCA. Em dezembro de 2018, o resultado do leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil pelo Contrato de Arrendamento nº 02/2019, o resultado do leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil por um período inicial de 25 anos, o prazo pode ser prorrogado por sucessivas vezes, a exclusivo critério do poder concedente, com limite máximo de 70 anos. A Ageo Leste é Sociedade de Propósito Específico (SPE), controlada integralmente pela Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais Ltda. (EBT), que assumiu as responsabilidades e os direitos decorrentes do referido leilão. A Ageo Leste tem como objeto social único e exclusivo a exploração do arrendamento da área, infraestruturas e instalação portuária localizada no Porto de Santos, em área de 54.221 m2 (cinquenta e quatro mil e duzentos e vinte um metros quadrados), situada na Ilha Barnabé, na margem esquerda do Porto de Santos, denominada STS 13, nos termos do Contrato de Arrendamento decorrente do Leilão nº 5/2018-ANTAQ, para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos e realização das atividades a serem desempenhadas pela Arrendatária de forma adequada nos termos do Contrato de Arrendamento, podendo para tal fim: (i) prestar serviços de armazéns gerais, cargas e descargas de caminhões, vagões, navios, operação portuária e demais serviços portuários ou correlatos à movimentação e armazenagem de produtos líquidos a granel; (ii) prestar serviços correlatos às referidas atividades. Em 01 de julho de 2019, a Companhia tomou posse efetiva da área denominada STS 13 e iniciou efetivamente suas operações de armazenagem em outubro de 2019 e possui prazo de arrendamento de 25 anos, ou seja, até 30 de junho de 2044, podendo ser prorrogado sucessivas vezes, a critério do poder concedente, até o limite máximo de 70 anos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R$ 58.017 (R$ 27.425 negativo em 31 de dezembro de 2020) e lucro líquido no período de R$ 11.248 (R$ 21.402 em 31 de dezembro de 2020). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui condições para dar continuidade a seus negócios no futuro. **2. Principais eventos ocorridos no período: Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19) -** Os casos de coronavírus (COVID-19) foram reportados pela primeira vez em 30 de dezembro de 2019 e desde então se espalharam por diversos países, com relatos de múltiplas fatalidades ocasionadas pelo vírus, incluindo nas localidades onde a Companhia mantém suas principais operações. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global e decretou estado de pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas suas operações e nas posições patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas: • A Companhia instituiu através da área de qualidade e meio ambiente uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos aos seus colaboradores, à comunidade e, ao mesmo tempo, atender as diversas determinações das autoridades governamentais onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia.• A Companhia concluiu que apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, cumpriu todas as suas obrigações junto aos seus clientes e fornecedores. • Na data de emissão destas informações contábeis individuais, a Companhia, em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020, divulgado em 10 de março de 2020, continua acompanhando atentamente os possíveis impactos da COVID-19 que possam afetar a Companhia. Adicionalmente, nas questões relacionadas aos colaboradores a Companhia continua adotando diversas medidas preventivas para reduzir ao máximo a exposição ao contágio. A Companhia está atuando fortemente na divulgação de hábitos preventivos de higiene e de cuidados com a saúde entre todos os seus colaboradores e seus familiares. A Companhia instituiu um comitê dedicado à COVID-19 que avalia todas as possíveis ações para mitigar a exposição e o contágio, da mesma forma, foi criado um plano de contingência e matriz de riscos da COVID-19, bem como nossos executivos estão trabalhando na revisão do plano de negócios, visando seguir o planejamento do ano corrente. Todas as análises da Companhia estão fundamentadas em evidências e monitoramentos de risco e da evolução da disseminação da COVID-19 pelo mundo. Contudo, condições futuras diferentes podem levar a Companhia a rever sua posição. • Após o monitoramento realizado pela área de saúde da Companhia, no dia 4 de outubro de 2021, com a comprovação das vacinações, os funcionários voltaram a trabalhar presencialmente, no entanto, as medidas de prevenção (uso de máscaras, álcool em gel, distanciamento social, e outras medidas permanecem sendo monitoradas. A Administração analisou o comportamento do Contas a Receber e Receita e não detectou mudanças significativas comparado com o período anterior a pandemia, tanto nos prazos dos recebíveis quanto nos valores envolvidos, pois não ocorreram alterações nos contratos com nossos clientes. **3. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras relativas ao período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de março de 2022. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **d. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 4(i) –** arrendamentos a pagar: se um contrato contém um arrendamento. **e. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 dezembro de 2021 que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 7 –** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da perda efetiva; • **Nota explicativa nº 10 –** vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações; • **Nota explicativa nº 10 –** teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • **Nota explicativa nº 11 –** teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • **Nota explicativa nº 22 –** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **f. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC's, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 28 -** Instrumento financeiros. **g. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo. **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda Funcional e moeda de apresentação:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **b. Receita operacional:** ***Prestação de serviços -*** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. Serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados como receita diferida sob o título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a prestação de serviços efetiva. **c. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados -*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia também oferece benefício de participação nos lucros, que são mensurados observando critérios e metas estabelecidas. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • receita de juros; • despesa de juros; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros pagos como atividades de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa. **e. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente -*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou receber com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou receber é reconhecido no balanço patrimonial como passivo ou ativo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido -*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **f. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração -*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado da Companhia foi determinado com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia efetua julgamentos para definir: (i) a contabilização dos gastos em imobilizado ou em resultado (gastos relacionados a manutenção e que não altera a vida útil do bem); e para (ii) determinar a transferência dos imobilizados em andamento para o imobilizado efetivo, que é fundamental para determinar o momento inicial da depreciação. ***(iii) Depreciação -*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, limitando-se ao período de arrendamento. A depreciação é reconhecida no resultado, terrenos não são depreciados. As vidas úteis do ativo imobilizado seguem as avaliações efetuadas por empresa especializada, por engenheiros com larga experiência no ramo, onde a maioria dos bens estão em conformidade com as taxas usualmente adotadas. A depreciação está limitada ao prazo final dos contratos de arrendamento junto à Administração da *Santos Port Authority – SPA,* uma vez que não está prevista qualquer indenização em relação aos ativos não amortizados. A vida útil está demonstrada na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os bens foram adquiridos a partir de 01 de julho 2019. ***(iv) Intangível -*** A outorga é mensurada pelo custo histórico de aquisição. A amortização é calculada para amortizar o custo do item do ativo intangível utilizando o método linear baseado no prazo do arrendamento. A amortização é reconhecida no resultado. ***(v) Outros Intangíveis -*** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***(vi) Amortização -*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. **g. Instrumentos financeiros:** ***Reconhecimento e mensuração inicial -*** O saldo de contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -*** *Ativos Financeiros* - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. *Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros* - Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio* - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *Desreconhecimento* - **Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou sobre o qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos -** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos (Swap) com o objetivo de trocar o índice de correção de sua Debênture Incentivada. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. No início das relações de Swap, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. **h. Redução ao valor recuperável (*impairment*) -** ***Ativos financeiros não derivativos -*** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais* - A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangente ("VJORA"); e • ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas ("*forward-looking*"). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento": • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas* - As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. *Ativos financeiros com problemas de recuperação* - Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial* - A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (ORA). A Companhia utilizou metodologia própria para projetar a inadimplência futura através da análise de cenário Político, Ambiental, Social, Tecnológico, Tributário, Econômico, Legal e Regulatório adicionando valor e peso para estes critérios, a inadimplência projetada é de 0,14%. Contribui também com a análise, o nível de acordo de serviço que contempla os contratos com a premissa de *take or pay*, além de multa e juros em caso de atraso. *Baixa* - O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. *Ativos não financeiros* - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, e ativos fiscais diferidos são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia concluíu essa revisão e não identificou qualquer fator, seja interno ou externo, que requeresse a realização do teste relativo a redução ao valor recuperável (*Impairment*). **i. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **j. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento conforme CPC 06(R2) / IFRS 16. ***(i) Como arrendatário -*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabiliza os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da companhia. Geralmente, a companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa média ponderada de desconto foi definida com base nas seguintes premissas: • taxas de descontos que levam em consideração a média de curvas de custos de debêntures obtidas junto às instituições financeiras e avaliações de risco de crédito da Companhia, ajustadas aos prazos e valores dos contratos de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação dessas demonstrações financeiras, pois não são aplicáveis às atividades desenvolvidas pela Companhia. **(a)** Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 / IAS 37). **(b)** Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32 / IAS 12). **(c)** Outras Normas. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06 / IFRS 16); • Revisão anual das normas IFRS 2018-2020; Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27 / IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15 / IFRS 3); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26 / IAS 1); • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Politicas Contábeis (Alterações ao CPC26 / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23 / IAS 8).

6. Caixa e equivalentes de caixa	**2021**	**2020**
Caixa	2	2
Bancos conta-movimento	41	20
Aplicações de liquidez imediata	100.711	7.861
	100.754	**7.883**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que Companhia considera equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e conversíveis imediatamente em caixa. As aplicações de liquidez imediata são representadas por CDBs - Certificados de Depósitos Bancários, remunerados, em 31 de dezembro de 2021, à taxa média de 99% a 105,5% (98% a 101% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento inferior a 90 dias e por Operações Compromissadas, remuneradas nos exercícios de 2021 à taxa média de 80% (80% em 31 Dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), estando sujeito a um baixo risco de mudança de valor. As informações sobre a exposição da Companhia e riscos de crédito e de mercado sobre a mensuração a valor justo estão incluídas na nota explicativa 28 de Instrumentos Financeiros.

7. Contas a receber	**2021**	**2020**
Circulante		
Clientes nacionais	1.062	1.979
Clientes exterior	22	-
Subtotal	**1.084**	**1.979**

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes é como segue:

Aging list	**2021**	**2020**
Títulos a vencer até 30 dias	1.084	1.979

Veja politica contábil na nota explicativa 4 (g).

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 20/04/2022 21:53:52 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: D406E2BA-687A-4159-A784-81236A57B585

8. Outros créditos	2021	2020
Adiantamento a fornecedores (a)	1.130	167
Créditos com funcionários	15	26
Outros	4	12
	1.149	**205**

(a) A variação expressiva tem origem no adiantamento para fornecedores para construção de ativo imobilizado.

9. Despesas antecipadas	2021	2020
Prêmios de seguros (a)	432	1.232
	432	**1.232**

Refere-se aos seguros garantia, seguro de operador portuário, seguro de riscos nomeados, seguro de riscos ambientais, seguro empresarial, seguro fiança e seguro D&O.

10. Imobilizado: a. Composição do imobilizado

	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	18	(1)	17	-
Bens e equipamentos de operação (a)	5 a 50	109.509	(9.424)	100.085	79.693
Equipamentos de informática	3	153	(94)	59	77
Móveis e utensílios	10	34	(4)	30	17
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	-	49.838	-	49.838	38.914
Total	-	**159.552**	**(9.523)**	**150.029**	**118.701**

b. Movimentação do custo

	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	18	-	-	18
Bens e equipamentos de operação (a)	84.529	81	(4)	24.903	109.509
Equipamentos de informática	127	26	-	-	153
Móveis e utensílios	19	15	-	-	34
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	38.914	35.828	-	(24.903)	49.838
Total	**123.589**	**35.968**	**(4)**	**-**	**159.552**
	2019	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2020**
Bens e equipamentos de operação (a)	66.116	443	-	17.970	84.529
Equipamentos de informática	90	37	-	-	127
Móveis e utensílios	-	19	-	-	19
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	23.923	32.961	-	(17.970)	38.914
Total	**90.129**	**33.460**	**-**	**-**	**123.589**

(a) Em julho de 2019, a Companhia avaliou as vidas úteis dos seus ativos. A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros e bens e equipamentos de operação são realizadas tomando como base os prazos de vida útil, limitados aos períodos de julho de 2019 á junho de 2044 dos contratos de arrendamentos junto à Administração da *Santos Port Authority – SPA*. As imobilizações em andamento referem-se aos bens e equipamentos de operação em construção (ampliação e atualização).

c. Movimentação da depreciação acumulada

	2020	Adições	Baixas	2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(1)	-	(1)
Bens e equipamentos de operação	(4.835)	(4.589)	-	(9.425)
Equipamentos de informática	(50)	(44)	-	(94)
Móveis e utensílios	(1)	(2)	-	(3)
Total	**(4.887)**	**(4.636)**	**-**	**(9.523)**
	2019	**Adições**	**Baixas**	**2020**
Bens e equipamentos de operação	(835)	(4.000)	-	(4.835)
Equipamentos de informática	(9)	(41)	-	(50)
Móveis e utensílios	-	(1)	-	(1)
Total	**(844)**	**(4.043)**	**-**	**(4.887)**

11. Intangível: a. Composição do Intangível

	Vida útil (em anos)	Custo	Amortização acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido
Outorga – STS13 (a)	25	210.000	(21.000)	189.000	197.400
Outros intangíveis	2	257	(243)	14	101
Total		**210.257**	**(21.243)**	**189.014**	**197.501**

b. Movimentação do custo

	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Outorga – STS13 (a)	210.000	-	-	-	210.000
Outros intangíveis	257	-	-	-	257
Total	**210.257**	**-**	**-**	**-**	**210.257**
	2019	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2020**
Outorga – STS13 (a)	210.000	-	-	-	210.000
Outros intangíveis	203	54	-	-	257
Total	**210.203**	**54**	**-**	**-**	**210.257**

(a) Em 28 de setembro de 2018, a Companhia foi vencedora do Leilão nº 5/2018-ANTAQ, referente à área STS 13, contígua aos terminais das partes relacionadas a AGEO e AGEO Norte, na Ilha Barnabé, no Porto de Santos e em dezembro de 2018, o resultado do Leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com o valor da outorga de R$ 210.000, por um período inicial de 25 anos, a partir da data de assunção seu prazo pode ser prorrogado por sucessivas vezes, a exclusivo critério do poder concedente, até o limite máximo de 70 anos.

c. Movimentação da amortização acumulada

	2020	Adições	Baixas	2021
Outorga – STS13 (a)	(12.600)	(8.400)	-	(21.000)
Outros intangíveis	(156)	(87)	-	(243)
Total	**(12.756)**	**(8.487)**	**-**	**(21.243)**
	2019	**Adições**	**Baixas**	**2020**
Outorga – STS13 (a)	(4.200)	(8.400)	-	(12.600)
Outros intangíveis	(42)	(114)	-	(156)
Total	**(4.242)**	**(8.514)**	**-**	**(12.756)**

Provisão para redução no valor recuperável (impairment) - Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 / IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativo. Após avaliação dos fatores externos ou internos, a Administração da Companhia concluiu que não há indicação que seus ativos estejam registrados acima do valor recuperável. Assim, não foi requerida a realização de teste relativo ao valor recuperável de seus ativos.

12. Ativo de direito de uso e arrendamento a pagar: Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota explicativa 10). A movimentação dos saldos do ativo e do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está demostrada a seguir:

12.1. Ativos de direito de uso

Ativo	
Saldos em 01 de janeiro de 2020	17.117
Baixas	-
Depreciação	(699)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**16.418**
Adições	-
Baixas	-
Depreciação	(699)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**15.719**

12.2. Arrendamento a pagar

Passivo	
Saldos em 01 de janeiro de 2020	17.341
Pagamento passivo de arrendamento - CP	(1.502)
Apropriação de juros	1.230
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**17.069**
Pagamento passivo de arrendamento - CP	(1.500)
Apropriação de juros	1.210
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**16.779**
Circulante	312
Não Circulante	16.467
	16.779

Refere-se à área arrendada no porto de Santos sob a Administração da Santos *Port Authority – SPA* (antiga CODESP), sob arrendamento operacional. Esse arrendamento iniciou-se em 01 de julho de 2019 e possui prazo de 25 anos, podendo ser prorrogado sucessivas vezes até completar 70 anos, finalizando a primeira vigência em março de 2044. Os pagamentos do arrendamento são reajustados pelo IGP-M (FGV) anualmente. A Companhia arrenda também tanque criogênico, para uso nas atividades da Companhia, cujos prazos de arrendamento vão até março de 2044, mesmo período do contrato de arrendamento. **12.3. Valores reconhecidos no resultado -** ***Arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16***

	2021	2020
Juros sobre arrendamento	1.210	1.230
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	454	137
Depreciação	699	699
	2.363	**2.065**

12.4. Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

	2021	2020
Juros sobre arrendamento	1.210	1.230
Arrendamentos pagos	(1.500)	(1.502)
Depreciação	699	699
	409	**427**

Valores sem efeito caixa

	2021	2020
Juros sobre arrendamento	1.210	1230
Depreciação	699	699
	1.909	**1.928**

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 7,38% ao ano para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado da Companhia com prazos e vencimento equivalentes.

13. Debêntures

Descrição	Tipo	Encargos financeiros – Taxa anual de juros	31/12/2021	31/12/2020	Consolidado – Vencimento
Debêntures não conversíveis (a)	Pós-fixado	IPCA + 4,475%	158.706	-	15/07/2031
Total			**158.706**	**-**	-
Circulante			12.833	-	-
Não circulante			145.873	-	-

(a) Primeira emissão de debêntures na Ageo Leste integralizada em 15 de junho de 2021 (R$ 150.000) mediante emissão de 150.000 debêntures simples com o valor nominal de R$ 1 cada. A parcela registrada no passivo não circulante é demonstrada a seguir, por ano de vencimento:

Ano	Valor
2024	8.683
2025	19.564
2026	19.564
2027	19.564
2028	19.562
2029	19.564
2030	19.564
2031	19.808
Total	**145.873**

1ª Emissão de Debêntures (Ageo Leste): • Forma e espécie: Espécie quirografária com garantia fidejussória. • Valor nominal unitário: R$ 1.000,00 (hum mil reais). • Quantidade emitida: 150.000 (cento e cinquenta mil). • Valor total da emissão: R$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de reais). • Garantias: Garantia fidejussória – Como garantia do fiel e pontual pagamento das debêntures, a Fiadora presta fiança nos termos do art. 818 e seguintes do Código Civil, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como seus sucessores a qualquer título, solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão. • Prazo e data de vencimento: As debêntures terão prazo de vigência de 121 (cento e vinte e um) meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2031. • Forma de amortização: As debêntures serão amortizadas em 15 (quinze) parcelas semestrais, vencendo sempre no dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho de cada ano, conforme cronograma, sendo a primeira parcela devida em 15 de julho de 2024 e a última na data de vencimento em 15 de julho de 2031. O valor contabilizado no ativo circulante refere-se à contabilização dos juros no período. • Atualização monetária: O valor nominal unitário ou saldo de valor nominal unitário será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a data de início da rentabilidade até a data da integral de liquidação das debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). • Juros remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a 4,475% (quatro inteiros e quatrocentos e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias Úteis ("Juros Remuneratórios"), conforme 1º. Aditamento da Escritura de Emissão. • Juros 1ª Emissão: Swap com Itaú para CDI + 1,44% a.a. Abaixo as movimentações ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Captação	150.000
Comissões s/ debêntures	(4.633)
Pagamento antecipado principal	-
Pagamento juros	-
Juros capitalizados no imobilizado	-
Atualização monetária e juros	13.339
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**158.706**

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) - A Companhia possui contrato de debêntures que estabelece "*covenants*" financeiros e qualitativos, normalmente aplicáveis a esses tipos de operações. O endividamento líquido /EBITDA ajustado consolidado ao final de cada exercício deve estar limitado a 3,5 vezes. Em junho de 2021, os covenants da 4ª emissão (2ª série) da AGEO e 1ª Emissão da AGEO Norte foram alterados através de aditamento da escritura das debêntures das Companhias para: **(1)** Aumentar o limite máximo de alavancagem de 2,0 vezes para 3,5 vezes a relação dívida líquida/EBITDA; e **(2)** Permitir a opção para distribuir semestralmente dividendos, juros sobre capital próprio, resgate de quotas ou amortização/resgate de ações conforme aplicável, bonificações em dinheiro ou quaisquer outros tipos de remuneração/participação. Em 31 de dezembro de 2021, o limite de distribuição de dividendos/lucros, por parte da controladora é de 25% do lucro líquido consolidado da EBT que totaliza R$ 43.449 ou até R$ 77.815, o maior valor entre eles de acordo com a cláusula de aditamento da escritura de debêntures. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas obrigações restritivas (covenants).

14. Derivativos

Operação de Swap	2021	2020
Perda Swap	2.866	-
	2.866	**-**

A Companhia mantém operação para troca de índices das debêntures cuja remuneração é IPCA mais juros de 4,475% a.a. para CDI + 1,44% a.a. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 28. **15. Fornecedores:** Os fornecedores da Companhia são de materiais e serviços utilizados na operação, todos de origem nacional.

	2021	2020
Fornecedores	1.873	1.481
	1.873	**1.481**

16. Obrigações trabalhistas	2021	2020
Provisão de férias e encargos	423	360
PPR- Programa de participação nos resultados (a)	198	-
INSS na fonte s/ serviços	33	74
INSS s/ folha a recolher	120	105
FGTS a recolher	37	32
Contribuição sindical/assistencial	3	2
Total	**814**	**572**

(a) O PPR é baseado em metas gerais e específicas para os setores e colaboradores, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento das pessoas e da Companhia. São avaliados Scorecard de Operação, Melhoria contínua, Qualidade e Recursos Humanos, atribuindo peso e escala a cada meta pré-estabelecida.

17. Obrigações tributárias	2021	2020
Passivo circulante		
COFINS a recolher	136	142
ISS faturamento	205	228
PIS a recolher	29	31
IRRF a recolher	39	29
CSLL/PIS/COFINS retidos na fonte	24	48
ISS retido na fonte	16	32
Total	**449**	**510**

18. Imposto de renda e contribuição social	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social		
IRPJ a recolher	1.629	1.172
CSLL a recolher	655	435
Total	**2.284**	**1.607**

19. Dividendos	2021	2020
Dividendos a pagar	275	2.891

20. Outras contas a pagar	2021	2020
Outorga a Pagar (a)	31.500	31.500
Outras contas a pagar	26	9
Total	**31.526**	**31.509**
Passivo não circulante		
Outorga (a)	63.000	94.500
Total	**94.526**	**126.009**

(a) Conforme nota explicativa nº 1, em 28 de setembro de 2018, a controlada AGEO Leste foi vencedora do Leilão nº 5/2018-ANTAQ, referente à área STS 13, contígua aos terminais das controladas AGEO e AGEO Norte, na Ilha Barnabé, no Porto de Santos, com o valor da outorga de R$ 210.000. Em dezembro de 2018, o resultado do Leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. O pagamento do saldo remanescente da Outorga, será efetuado em cinco parcelas de R$ 31.500, todas vencidas e vincendas em julho dos anos 2020/2021/2022/2023/2024. **21. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes apurados pelo lucro presumido são compostos como segue:

	2021	2020
Receita Operacional Bruta		
Receita de serviço	70.401	71.801
Alíquota de preseunção IRPJ/CSLL	**32%**	**32%**
Base de Cálculo	22.528	22.976
(+) Outras receitas financeiras	3.466	1.003
(=) **Base de cálculo total**	**25.994**	**23.979**
IRPJ 15%	**(3.899)**	**(3.597)**
Base de cálculo adicional IRPJ	25.754	23.739
Adicional IRPJ 10%	**(2.575)**	**(2.374)**
Base de cálculo CSLL	25.994	23.979
CSLL 9%	**(2.339)**	**(2.158)**
IR e contribuição social no resultado - corrente	**(8.814)**	**(8.129)**
IR e contribuição social no resultado - diferido	**-**	**-**
	(8.814)	**(8.129)**
Alíquota efetiva	13%	11%

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Durante o curso normal dos negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos, trabalhistas, em discussão. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía registrados, no passivo não circulante, os seguintes valores a título de provisão para cobrir eventuais riscos prováveis de perda, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos:

	2021	2020
Processos trabalhistas	21	-
	21	**-**

Trabalhistas: Refere-se a discussões trabalhistas de caráter remuneratório e indenizatórios. A Companhia com base no parecer dos assessores jurídicos, constituiu nova provisão no valor de R$ 69 e reverteu o valor de R$ 48, de forma que em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R$ 21.

Movimentação da provisão para contingências

	2021	2020
No início do exercício	**-**	**28**
Reversões/baixas (a)	(48)	(28)
Complemento de provisão	-	-
Novas provisões	69	-
No fim do exercício	**21**	**-**

(a) Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia reverteu algumas provisões para contingências no montante de R$ 48 (em 2020, R$ 28), pois conforme seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda se alterou durante o exercício. **Causas possíveis de perda:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é parte passiva em processos judiciais avaliados por seus assessores jurídicos como possíveis de perda no montante de R$ 52 em processos trabalhistas. **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais relacionados a ações trabalhistas montam respectivamente em R$ 8 em 31 de dezembro de 2021 (em 31 de dezembro de 2020 não tivemos saldo de depósito judicial) está demonstrado no ativo não circulante. **23. Patrimônio líquido: a. Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 184.000. A composição acionária em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte: 184.162.494 (cento e oitenta e quatro milhões, cento e sessenta e duas mil e quatrocentas e noventa e quatro) ações subscritas pela Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais Ltda. **b. Reserva de Lucros:** O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de -R$ 5.898 (R$ 8.780 em 2020). Nos termos do art. 199 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social. Conforme proposta da Administração, o saldo mantido na conta "Reserva de lucros" aguarda sua destinação pelos acionistas nas próximas Assembleias. **c. Reserva legal:** O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.632 (R$ 1.070 em 2020). É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. **d. Distribuição de Lucros:** No exercício de 2021, a Companhia distribuiu R$ 17.891, sendo R$ 2.891 referente a 2020 e R$ 15.000 oriundos de sua reserva de lucros. Constituído à razão de 25%, no mínimo, do lucro líquido após as aplicações em Reserva Legal, apurado em cada exercício social nos termos do art. 194 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**1.159**	**21.402**
(-) Reserva Legal	(58)	(1.070)
(-) Prezuízo acumulados	-	(8.767)
Base para Dividendos	1.101	11.565
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	275	2.891
Total dividendos	**275**	**2.891**

24. Obrigações legais e contratuais: A Companhia possui determinadas obrigações legais e contratuais, ligadas aos arrendamentos das áreas sob Administração da *Santos Port Authority – SPA*, onde detém os direitos de exploração e uso de Instalações Portuárias e Infraestruturas Públicas localizadas dentro do Porto Organizado, com utilização de área, obrigações estas que vão além da regularidade quanto aos pagamentos mensais estabelecidos em contrato, e que devem ser cumpridas sob pena de rescisão do contrato de arrendamento entre as partes. A Companhia assumiu compromissos, decorrentes do contrato de arrendamento, de realizar mensalmente o pagamento a título de aluguel pela exploração das áreas arrendadas durante o período do contrato, os quais são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, por se tratar de arrendamentos operacionais. A Companhia também efetua pagamentos mensais por outros serviços prestados pela *Santos Port Authority – SPA* baseados em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias. O terminal AGEO Leste possui compromisso anual de Movimentação Mínima Contratual (MMC) de granéis líquidos, sendo contabilizada através das operações de embarque e desembarque marítimo. A MMC da AGEO Leste é de 249.000 toneladas por ano, conforme a cláusula 7.1.2.1 do contrato de arrendamento nº 02/2019. Em 2021, a AGEO Leste movimentou 618.796 toneladas, que representa 148,51% acima da MMC. O contrato de arrendamento prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores adicionais por movimentações inferiores a Movimentação Mínima Contratual – MMC. As instalações em exploração e os bens de propriedade da Administração da *Santos Port Authority – SPA* devem ser mantidas em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e software, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações, serão transferidas à Administração da *Santos Port Authority – SPA* após o término ou a extinção do contrato de arrendamento, sem qualquer indenização. A Companhia está adimplente com as atuais obrigações legais e contratuais junto à Administração da *Santos Port Authority – SPA*.

25. Receita operacional líquida	2021	2020
Receita bruta		
Prestação de serviços - Mercado interno	70.106	58.821
Prestação de serviços - Mercado externo (a)	295	12.979
	70.401	**71.801**
Deduções		
ISS	(3.520)	(3.590)
PIS	(456)	(382)
COFINS	(2.103)	(1.766)
(-) Impostos incidentes		
	(6.079)	**(5.738)**
Receita operacional líquida	**64.322**	**66.063**

(a) Serviços prestados em território nacional para clientes do exterior. **26. Custos e Despesas operacionais por natureza**

	2021	2020
Depreciação e amortização	(13.123)	(12.558)
Amortização – Direito de uso	(699)	(699)
Pessoal	(7.375)	(6.761)
Serviços contratados	(2.589)	(2.010)
Serviços de atracação e movimentação de cargas	(4.347)	(5.485)
Consumo de materiais	(2.381)	(2.306)
Utilidades	(1)	(1)
Manutenção e conservação de instalações	(610)	(787)
Utilização de serviços	(1.345)	(1.636)
Seguros Contratados	(1.172)	(1.191)
Ocupação	(787)	(659)
Arrendamento Operacional	(453)	(137)
Despesas tributárias	(70)	(57)
(Provisão)/reversão de contingências	114	28
Indenizações	(174)	-
Outros Custos/despesa	(682)	(370)
	(35.694)	**(34.629)**
Custo dos serviços prestados	(34.466)	(33.508)
Despesas gerais e administrativas	(984)	(1.028)
Outras despesas operacionais, líquidas	(244)	(93)
	(35.694)	**(34.629)**

27. Resultado financeiro líquido	2021	2020
Despesas financeiras		
Comissões sobre debêntures	(402)	-
Encargos e juros sobre debêntures (a)	(13.339)	-
Perda Swap	(2.866)	-
Variação cambial passiva	(4.274)	(1.660)
Outras despesas financeiras	(20)	(13)
Juros sobre arrendamentos	(1.210)	(1.230)
	(22.110)	(2.903)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.443	275
Variação cambial ativa	2	619
Juros ativos	5	83
Outras receitas financeiras	5	23
	3.455	1.000
Resultado financeiro líquido	**(18.655)**	**(1.903)**

(a) Nota explicativa nº 13 Debêntures.

28. Instrumentos financeiros: Gerenciamento dos riscos financeiros: *Visão geral -* A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são apresentados a seguir. **28.1. Classificação dos instrumentos financeiros:** Apresentamos a seguir uma tabela de comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, bem como suas categorias:

Ativos Financeiros	Nota	Categoria	Nível	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2021 Valor justo	Total em 31 de dezembro de 2021
Circulante						
Caixa e bancos	6	Custo amortizado	1	43	43	43
Aplicações financeiras	6	Valor justo por meio do resultado	2	100.711	100.711	100.711
Contas a receber	7	Custo amortizado	2	1.084	1.084	1.084
Outros Créditos	8	Custo amortizado	2	1.149	1.149	1.149
				102.987	**102.987**	**102.987**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Arrendamentos	12.2	Custo amortizado	2	312	312	312
Debêntures	13	Custo amortizado	2	12.833	12.833	12.833
Derivativos – swap	14	Valor justo por meio de reusltado	2	2.866	2.866	2.866
Fornecedores	15	Custo amortizado	2	1.873	1.873	1.873
Outras Contas a pagar	20	Custo amortizado	2	31.526	31.526	31.526
				49.410	**49.410**	**49.410**
Não circulante						
Arrendamentos	12.2	Custo amortizado	2	16.467	16.467	16.467
Debêntures	13	Custo amortizado	2	145.873	145.873	145.873
Outras Contas a pagar	20	Custo amortizado	2	63.000	63.000	63.000
				225.340	**225.340**	**225.340**

Ativos Financeiros	Nota	Categoria	Nível	31/12/2020 Valor contábil	31/12/2020 Valor justo	Total em 31 de dezembro de 2020
Circulante						
Caixa e bancos	6	Custo amortizado	1	22	22	22
Aplicações financeiras	6	Valor justo por meio do resultado	2	7.861	7.861	7.861
Contas a receber	7	Custo amortizado	2	1.979	1.979	1.979
Outros Créditos	8	Custo amortizado	2	205	205	205
				10.067	**10.067**	**10.067**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Arrendamentos	12.2	Custo amortizado	2	291	291	291
Debêntures	13	Custo amortizado	2	-	-	-
Fornecedores	15	Custo amortizado	2	1.481	1.481	1.481
Outras Contas a pagar	20	Custo amortizado	2	31.509	31.509	31.509
				33.281	**33.281**	**33.281**
Não circulante						
Arrendamentos	12.2	Custo amortizado	2	16.778	16.778	16.778
Debêntures	13	Custo amortizado	2	-	-	-
Outras Contas a pagar	20	Custo amortizado	2	94.500	94.500	94.500
				111.278	**111.278**	**111.278**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos: • Contas a receber e outros recebíveis e fornecedores se aproximam de seu valor contábil, em grande parte, em razão do vencimento no curto prazo desses instrumentos. • Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data de encerramento das obrigações contratuais. **Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma: • **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.• **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, cujo os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços). Saldo contábil: aplicações financeiras, saldo a receber de clientes e passivo circulante.• **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. Técnicas de avaliação utilizadas para valorizar instrumentos financeiros, conforme as regras dos níveis 1 e 2 incluem: • **Nível 1** - Ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais ou ganho ou perda no desreconhecimento são reconhecidos no resultado. • **Nível 2** - A mensuração ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, despesa de juros, ganhos e perdas cambiais ou qualquer ganho ou perda no desreconhecimento são reconhecidos no resultado. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como nível 3. Não há inputs não observáveis significativos aplicados. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. **28.2. Estrutura de gerenciamento de riscos: Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. **Exposição a riscos de crédito: *Caixa e equivalentes de caixa -*** A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R$ 43 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 22 em 31 de dezembro de 2020), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de grande porte. ***Aplicações financeiras -*** A Companhia detinha aplicações financeiras no montante de R$ 100.711 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 7.861 em 31 de dezembro de 2020), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. As aplicações financeiras são mantidos em instituições financeiras de grande porte. ***Contas a receber -*** A Companhia detinha contas a receber de R$ 1.084 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.979 em 31 de dezembro de 2020), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. As políticas de prestação de serviços e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). A Companhia não possui histórico de inadimplência significativa junto aos seus clientes. Na nota explicativa nº 7 estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento. ***Derivativos -*** Os derivativos são contratados com o banco Itaú que possui *rating* brAAA (estável), pela agência de rating de crédito S&P *Ratings*. ***Risco de preços -*** A Companhia considerada baixo o risco de preços, por serem pactuados junto aos clientes no momento da celebração do contrato e que, normalmente, possuem prazos que variam de no mínimo um a três anos, e os preços são corrigidos, anualmente, pelos índices IGPM-FGV ou IPA-DI. ***Risco de liquidez -*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as suas obrigações vincendas, sobcondições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa futuro não descontados) são os seguintes:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 3 a 4 anos	Entre 5 a 6 anos	Maior de 7 anos	Valor estimado	2021 Valor Contábil
Debêntures (CDI)	15.480	34.736	61.967	55.992	72.557	240.732	158.706
Fornecedores	1.873	-	-	-	-	1.873	1.873
Arrendamentos a pagar	312	696	802	925	14.044	16.779	16.779
Outras contas a Pagar	31.526	-	63.000	-	-	94.526	94.526
	49.191	**35.432**	**125.769**	**56.917**	**86.601**	**353.910**	**271.884**

Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - afetarão os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração da Empresa. ***Risco cambial -*** A Companhia está sujeita ao risco de moeda em parte de suas receitas denominadas em uma moeda diferente do Real (R$), em dólar americano (USD). O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, fornecido pela Administração, baseia-se na sua política de gerenciamento de risco, conforme abaixo:

	2021 R$	2021 USD	2020 R$	2020 USD
Contas a receber	22	4	-	-
Exposição	**22**	**4**	**-**	**-**

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima ao risco de crédito para 'Contas a receber e outros recebíveis' por região geográfica era:

	2021 R$	2021 USD	2020 R$	2020 USD
Panamá	22	4	-	-
Exposição	**22**	**4**	**-**	**-**

A Administração da Companhia entende que a exposição a moeda estrangeira é imaterial e qualquer variação significativa nas taxas do dólar não causariam impactos significativos para a Companhia , por isso, não está sendo divulgada a análise de sensibilidade de risco cambial. ***Risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Exposição - Taxa de Juros	Saldo contábil	Risco	Provável	(+25%)	(-25%)	(+50%)	(-50%)
IPCA			10,06%	12,58%	7,55%	15,09%	5,03%
Debêntures	(158.706)	Aumento IPCA	(174.672)	(178.663)	(170.680)	(182.655)	(166.689)
CDI			4,35%	5,44%	3,26%	6,53%	2,18%
Derivativos - Swap	(2.866)	Diminuição CDI	(2.991)	(3.022)	(2.960)	(3.053)	(2.928)
Aplicações financeiras	100.711	Diminuição CDI	105.092	106.187	103.997	107.282	102.901
Exposição líquida do balanço patrimonial			**(72.571)**	**(75.498)**	**(69.643)**	**(78.425)**	**(66.716)**
Impacto no resultado			**-**	**(2.927)**	**2.927**	**(5.855)**	**5.855**

29. Transações sem efeito caixa: Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021, a Companhia teve as seguintes transações não caixa, que não foram apresentadas nas Demonstrações dos fluxos de caixa:

	2021	2020
Transações sem efeito caixa		
AFAC	-	51.000
Aumento de capital	-	(51.000)
Imobilizado	-	(646)
Fornecedores de imobilizado	-	646
Resultado do exercício	(275)	(2.891)
Dividendos mínimos propostos a pagar	275	2.891
Perda Swap	2.866	-
Despesa financeira	(2.866)	-
Total	**-**	**-**

30. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros de mercadorias de terceiros armazenados em poder da Companhia era de R$ 112.000, conforme apólice 17.96.0006955.12 de Chubb Seguros Brasil S.A., com vigência de 18 de agosto de 2020 a 18 de fevereiro de 2022. A apólice foi renovada até 18 de fevereiro de 2023.

Matheus Ruiz Santiago
Presidente

Alexandre Fonseca Schmid
Diretor Financeiro

Francisco Carlos Baltazar de Queiroz
Contador CRC nº 1SP197903/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Administradores da **AGEO Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A.** São Paulo – SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da AGEO Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da AGEO Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria - Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo imobilizado - Veja as Notas 4.f e 10 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado na rubrica de ativo imobilizado do balanço patrimonial o montante de 150.029 mil. A Empresa investe valores significativos em ampliação, e realização regular de inspeção, de bens e equipamentos. Os investimentos são feitos objetivando: reparo e manutenção do item do ativo imobilizado; inspeções importantes em busca de falhas; e substituição de peças de um ativo imobilizado para manter os ativos imobilizados em boas condições de funcionamento e garantir que estejam dentro do padrão de qualidade e segurança para continuidade da prestação dos serviços oferecidos pela Companhia até o final do prazo do direito de exploração e uso de Instalação Portuária, atendendo o acordado na renovação antecipada dos contratos de arrendamento. Desta forma, a administração da Companhia exerce julgamento para definir se a alocação dos gastos deve ser reconhecida como imobilizado ou resultado. Devido à quantidade das transações, ao julgamento exercido pela administração da Companhia e o ativo imobilizado ser o elemento mais relevantes das demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado; (ii) analisamos em base amostral, a classificação dos valores dos investimentos entre imobilizado ou como gastos de manutenção reconhecidos no resultado do exercício com base na natureza desses investimentos; (iii) avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2022.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 20/04/2022 21:54:08 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*